

PESQUISA/PÓS-GRADUAÇÃO - PESQUISA/ PÓS-GRADUAÇÃO

**PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS E A PRODUÇÃO DA DESIGUALDADE
URBANA EM MAPUTO: UMA ANÁLISE À LUZ DE CORRÊA, SOUZA E
LOBODA**

Mário Meireles Pedro Manhique (manhiquemeirelesm@gmail.com)

Este trabalho realiza uma análise crítica aprofundada da produção e reprodução do espaço urbano em Maputo, capital de Moçambique, utilizando como pilar teórico a Geografia Crítica, com destaque para as contribuições de autores como Roberto Lobato Corrêa, Marcelo Lopes de Souza e João Carlos Loboda. A pesquisa se debruça sobre as contraditórias dinâmicas socioespaciais que moldam a capital moçambicana, revelando como as relações de poder se materializam de forma concreta e desigual no território. Historicamente, Maputo, desde suas origens como um centro comercial e administrativo durante o período colonial, foi palco de uma profunda segregação espacial que se manifesta vividamente na marcante "dualidade urbana" que divide a cidade entre a "cidade de cimento", caracterizada por infraestruturas robustas e acesso a serviços, e a "cidade de caniço", que representa as vastas áreas informais e carentes. Essa dicotomia não é apenas uma herança do passado colonial, mas uma realidade que se aprofunda e se complexifica nos dias atuais, refletindo e reforçando as desigualdades socioeconômicas. Apesar da promulgação de marcos legais significativos, como a Lei de Ordenamento do Território (Lei n.º 19/2007) e de outras políticas estatais que visam promover a igualdade de acesso ao território e a participação pública no planejamento urbano, a pesquisa demonstra que a

implementação dessas norma é, em grande medida, limitada e contraditória. A ineficácia dos instrumentos de planejamento para conter o crescimento desordenado das periferias é um dos problemas cruciais, resultando em uma expansão urbana que frequentemente desconsidera as necessidades das populações mais vulneráveis e perpetua a informalidade. Mais preocupante ainda é a instrumentalização da lei por interesses da Elite Económica Moçambicana. Essa instrumentalização se traduz em processos de gentrificação que, ao valorizar certas áreas da cidade, acabam por deslocar populações de baixa renda de seus locais de moradia tradicionais, forçando-as a se realocarem em áreas ainda mais marginalizadas. Essa dinâmica revela como as políticas de desenvolvimento urbano, em vez de promoverem a inclusão, podem ser cooptadas para servir a agendas que beneficiam poucos em detrimento de muitos. A persistente marginalização das comunidades informais é outro ponto central da análise. Essas comunidades, que representam uma parcela significativa da população de Maputo, são sistematicamente excluídas dos processos de decisão sobre o planejamento urbano e têm um acesso precário, quando não inexistente, a serviços básicos como saneamento, saúde e educação. Essa exclusão não é acidental, mas sim um reflexo das relações de poder que permeiam a produção do espaço. Após a independência, as políticas públicas em Maputo não conseguiram reverter as desigualdades históricas. A cidade é um reflexo das relações de poder, onde o espaço urbano é um campo de disputa constante que privilegia, muitas vezes, o capital em detrimento da justiça social e da inclusão. A metodologia utilizada para esta análise baseia-se na análise documental, examinando leis, políticas públicas e textos académicos sobre urbanização em Moçambique, além da análise crítica do discurso presente nesses documentos para identificar as contradições e os interesses por trás da produção do espaço urbano. Agradecimento especial a FUNDECT, que é a instituição que vem suportando a minha pesquisa.

Palavras-chave: produção do espaço urbano; desigualdade socioespacial; cidade de maputo.